

A HISTÓRIA ADMINISTRATIVA SERVE COMO SUBSÍDIO PARA A ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA OU VICE-VERSA?

THE ADMINISTRATIVE HISTORY FUNCTIONS AS A SUBSIDY

FOR THE ORGANIZATION OF THE ARCHIVISTIC INFORMATION OR VICE-VERSA?

CYNTHIA RONCAGLIO | Professora do Curso de Graduação em Arquivologia e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília.

RESUMO

Este artigo se propõe a esboçar alguns elementos convergentes entre a atividade historiadora e a atividade arquivística, que podem propiciar uma reflexão sobre as potencialidades da história administrativa. Tendo como ideia demonstrar a pluralidade e a legitimidade de perspectivas teóricas e práticas, serão apresentados uma breve descrição do objeto administração pública no âmbito de cada uma das disciplinas e alguns pontos de encontro, de afinidades, de articulações que podem gerar enriquecimento mútuo de análises e ações.

Palavras-chave: história administrativa; informação arquivística; história; arquivologia.

ABSTRACT

This article proposes to outline some elements converging between the historian activity and the archival activity, in order to provide a reflection about the potential of administrative history. The idea is to demonstrate the diversity and legitimacy of theoretical and practical perspectives, providing a brief description of the object public administration within each subject and to point the joints that can generate mutual enrichment analysis and actions.

Keywords: administrative history; archival information; history; archival science.

RESUMÉN

Este artículo pretende esbozar algunos elementos convergentes entre la actividad historiadora y la actividad archivística o que puede proporcionar una reflexión sobre el potencial de la historia administrativa. Con la idea de demostrar la pluralidad y la legitimidad de perspectivas teóricas y prácticas, se presentará una breve descripción del objeto de la administración pública en cada una de las disciplinas y algunos puntos de encuentro, afinidades, articulaciones que pueden generar un enriquecimiento mutuo de análisis y acciones.

Palabras clave: historia administrativa; información de archivística; historia; archivología.

INTRODUÇÃO

A pergunta expressa no título deste artigo não ocorre por acaso. E as respostas que se podem dar não são simples. Há mais imbricações entre história e arquivologia, enquanto disciplinas que se voltam para o estudo da administração e da informação arquivística, do que se poderia, apressadamente, e na tentativa de rotular e abranger o conhecimento percorrido e acumulado, abordar nos limites de um artigo.

Tentarei, então, escapar dos reducionismos e das oposições entre as disciplinas, no intuito de esboçar alguns elementos convergentes entre a atividade historiadora, que se volta em alguns momentos, e sob certas circunstâncias, para o estudo da história da administração pública, e a atividade arquivística que busca, por meio de conceitos, princípios e técnicas, reconstituir a inteligibilidade orgânica de fundos públicos e privados. Tendo como ideia demonstrar a pluralidade e a legitimidade de perspectivas teóricas e práticas, farei a seguir uma breve descrição do objeto administração pública no âmbito de cada uma das disciplinas, para depois indicar alguns pontos de encontro, de afinidades, de articulações que podem gerar enriquecimento mútuo de análises e ações.

É prudente advertir que o enfoque dado por este artigo, embora recheado de citações de autores que enveredam por análises da história e da arquivologia, expressa apenas algumas ideias decorrentes da formação e vivência profissional da autora na área da história, dos arquivos e da arquivologia, e de sua inquietude intelectual quanto à compreensão dos assuntos aqui tratados, não sendo resultado de uma pesquisa contínua e sistemática sobre o tema.

A HISTÓRIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA "RESSUSCITADA" PELA HISTÓRIA DO PRESENTE E DO POLÍTICO

Na historiografia nacional ou internacional, de modo geral, a evolução da administração pública esteve sempre muito atrelada à história política, podendo ser considerada parte intrínseca desta. A história política na França, entre as décadas de 1950 e 1960, segundo a Escola dos *Annales* ou a chamada História Nova, era considerada uma história eventual, anedótica, subjetivista, passiva dos documentos, sem explicações e métodos analíticos, sem colocação de problemas, uma narrativa anacrônica e dissociada da história econômica e social. Mas, ainda que marginalizada, alguns estudos realizados nos anos de 1950, no Institut d'Etudes Politiques de Paris e na Universidade de Paris X Nanterre, indicavam o ressurgimento progressivo da história política (Delacroix; Dosse; Garcia, 2012).

Nos anos de 1970, Jacques Le Goff, Pierre Nora e Jacques Julliard ressaltam a renovação da história política, a partir das contribuições da sociologia e da antropologia sobre a noção do poder e da história do presente. Mas será em 1988 que um grupo de historiadores, em torno de René Rémond, promoverá uma "ressurreição" da história política, entendida não mais como uma "desforra das tendências conservadoras da historiografia, e sim uma nova etapa no desabrochar da reflexão que a história faz sobre si mesma" (Delacroix; Dosse; Garcia, 2012, p. 347).

Rémond enumera alguns motivos para isso:

a experiência das guerras, a importância crescente das relações internacionais, o peso das individualidades excepcionais [são citados Churchill e Gorbatchev], as crises da economia liberal, o desenvolvimento das políticas públicas e, de modo geral, o crescimento das competências do Estado. A esses fatores externos cumpre somar certas 'convivências internas à disciplina', uma evolução do ambiente ideológico. Em ruptura com o determinismo socioeconômico, impôs-se a ideia de que as escolhas políticas não são 'o mero decalque das relações de forças entre categorias profissionais' (Delacroix; Dosse; Garcia, 2012, p. 347).

Esse olhar da historiografia francesa para a sua própria produção e a redescoberta, sob novos enfoques analíticos, de velhos objetos tiveram repercussão internacional, inclusive no Brasil, devido ao alcance da produção intelectual de alguns autores franceses (não só na área de história, mas na área da sociologia, da antropologia e da filosofia) e ao intercâmbio de estudantes de universidades brasileiras e francesas.

É bem verdade, também, que esses estudos coincidem com a propalada defesa da interdisciplinaridade em vários países, a partir dos anos de 1960. Em parte a interdisciplinaridade surge como uma necessidade de reverter o processo de fragmentação do saber científico, provocado pela compartimentação e especialização das disciplinas.¹ Outras causas significativas seriam as transformações tecnológicas e sociais ligadas ao modelo de desenvolvimento capitalista mundial. Nesse sentido, a interdisciplinaridade teria surgido para tentar resolver problemas concretos, e não como princípio teórico-epistemológico (Follari, 1982).

No Brasil, os estudos políticos realizados por cientistas sociais e historiadores, a partir do final dos anos de 1960, segundo Gomes (1996, p. 14), retomam os objetos clássicos da política, a saber, a "análise de instituições como partidos, sindicatos e forças armadas; e o estudo de períodos governamentais e de algumas políticas públicas, em especial". A história administrativa, nesse contexto, vem a reboque dessa história política. Os poucos estudos nessa área, até os anos de 1970, seriam secundários ou estariam mesmo ausentes nas análises históricas. Embora constituindo informações importantes, descreviam mais características gerais das estruturas administrativas do que analisavam seus meandros e suas especificidades (Tessitore, 1996; Roncaglio, 2000).

Nos anos de 1980, embora tenham proliferado tendências e orientações historiográficas (história nova, marxismo, funcionalismo, micro-história etc.), buscando compreender a história na sua complexidade, a ênfase dos estudos historiográficos brasileiros recaiu, preferencialmente, sobre a história dos vencidos à dos vencedores, das camadas populares à das elites, das mulheres e de gênero à da humanidade (reduzida nos séculos anteriores à história feita pelos homens e pelos 'grandes homens'), da região à da nação. A mudança dos

¹ Embora o surgimento e o desenvolvimento de diferentes disciplinas, no campo epistemológico, tenham propiciado igualmente aperfeiçoamento teórico-metodológico, rigor intelectual e sistematização de conhecimentos sem igual entre os séculos XIX e XX.

enfoques teórico-metodológicos também contribuiu, inevitavelmente, para uma mudança das fontes pesquisadas pelos historiadores. Até então os registros oficiais, a maioria textual, custodiados pelos arquivos públicos, constituíam fonte privilegiada de análise. Constatada a “incompletude da objetividade historiadora”, diante dos questionamentos sobre a neutralidade e a objetividade da documentação e do próprio sujeito que compreende e explica, outras fontes passaram a ser mais valorizadas, tais como periódicos, cartas, diários, testemunhos oculares, filmes, fotografias, monumentos etc. (Roncaglio, 2000).

Todavia, é bem lembrado por Gomes que nos anos de 1970 foram criadas duas importantes instituições arquivísticas para o estudo do tempo presente: o Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea do Brasil (CPDOC), na Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro (1973), e o Arquivo Edgard Leuenroth, na Universidade de Campinas, em São Paulo (1974). Como constata a autora:

O fato dos dois arquivos-base serem de políticos de elite – um de extração oligárquica e outro da classe trabalhadora – é pedagógico para se pensar as possibilidades de linhas de pesquisa que então se abriam: uma, concentrada na reconstituição dos movimentos da conjuntura política a partir da Revolução de 1930, com destaque para atores como os político-profissionais, militares e intelectuais; outra, destinada aos movimentos e organizações da classe trabalhadora, sindicatos e partidos em especial (Gomes, 1996, p. 12).

Certamente esses arquivos também seriam interessantes para se analisar a história administrativa, tendo em vista a relação intrínseca entre Estado, política, políticos e poder. Mas, como conclui Gomes, o interesse pela história política e a história política do presente demorariam um pouco mais a se afirmar, tendo os cientistas políticos brasileiros a primazia dessas análises.²

Com a constatação, no final do século passado, de que havia poucas pesquisas acadêmicas sobre a história da administração pública, em especial no campo historiográfico,³ somada à necessidade de as instituições arquivísticas compreenderem e organizarem a documentação sob a sua salvaguarda à luz dos princípios arquivísticos de proveniência e da ordem original, ocorrem algumas iniciativas que não partiam do universo acadêmico, mas sim das próprias instituições públicas (sobretudo arquivísticas), que, para além das suas atribuições administrativas e técnicas, desenvolvem nas suas instituições um lócus de pesquisa e produção de conhecimento. Neste cenário vale a pena destacar:⁴

2 Sobre as vertentes dos estudos políticos e os seus principais pesquisadores, ver mais detalhes em Gomes (1996, p. 59-84).

3 Alguns levantamentos pontuais sobre essa produção acadêmica e bibliográfica na área de história foram realizados, em momentos distintos, por Tessitore (1996), na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) e Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP), e por Roncaglio (2000), no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná (PPGH/UFPR).

4 Talvez existam outras iniciativas em curso por parte de instituições arquivísticas ainda não divulgadas ou não detectadas por mim em um breve levantamento feito na internet para este artigo. Não considere, no levantamento, os arquivos públicos estaduais e municipais que denominam de “memória administrativa” ou “história administrativa” apenas a descrição da organização de conjuntos documentais em fundos ou listas de nomes de governantes e períodos de atuação.

- a) A mais notável e duradoura (pela abrangência da proposta) iniciou-se no Arquivo Nacional, em 1981, com um projeto que depois se transformou no programa permanente de pesquisa em Memória da Administração Pública Brasileira (Mapa). Desde então o Mapa tem reunido e sistematizado informações sobre a história da administração pública federal brasileira, desde o período colonial, e divulgado o trabalho por meio de livros, publicações virtuais e do *Dicionário da administração pública brasileira on-line*, lançado em 2011, junto com a página eletrônica do Mapa.⁵
- b) Programa de pesquisa intitulado “Gênese e estrutura da administração pública paulista: evolução institucional”, realizado a partir de 1978, pela Fundação do Desenvolvimento Administrativo (Fundap/SP).⁶
- c) Duas publicações impressas do Arquivo Público do Paraná (2000 e 2002), também disponíveis em meio digital, no site da instituição, que consistem em ensaios sobre a história da administração pública paranaense e na apresentação da organização das unidades administrativas do Paraná, organogramas, cronologia de leis, decretos e regulamentos, nos períodos, respectivamente, de 1853 a 1947 e 1948 a 1998.
- d) Uma publicação impressa do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (2012) sobre a administração provincial fluminense, no século XIX, que discute a estrutura geral da organização provincial no contexto do estado imperial brasileiro, apresenta uma lista sistemática de órgãos e cargos da administração provincial bem como organogramas da estrutura administrativa do governo provincial.

Infelizmente, essas iniciativas indicam também uma concentração de esforços em poucas regiões do Brasil, embora os estudos sobre o Rio de Janeiro sejam representativos da administração federal e estadual. Todavia, cabe notar que na primeira década do século XXI, nos programas de pós-graduação de todo o país e nas várias áreas de conhecimento (arquivologia, história, administração, ciência política, economia, sociologia), proliferam teses e dissertações sobre a história administrativa entrecruzadas com discussões interessantes sobre a teoria das organizações, cultura organizacional, reformas do Estado, sistemas de poder e políticas públicas e organizacionais, em âmbito nacional, regional ou local.⁷

Até aqui cabe observar, portanto, ao menos dois aspectos: o primeiro é o interesse periférico e incipiente de estudos de história administrativa na produção historiográfica nacional, o que deixa uma lacuna no conhecimento científico e dificulta o desenvolvimento das atividades arquivísticas que implicam reconstituição da gênese documental e do

5 Ver mais detalhes em <<http://linux.an.gov.br/mapa/>> e em Cabral (2010).

6 Ver artigo de Sallum Júnior (1985, p. 4-10). Não obtive informações sobre a continuidade desse programa e produtos resultantes. Não foram encontradas referências sobre o programa no site da instituição.

7 Uma amostra considerável dessa produção pode ser acessada na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações do Instituto Brasileiro de Ciência e Tecnologia (IBICT), posto que nem todas as universidades brasileiras são consorciadas ao IBICT. Dos 322 resultados encontrados para a palavra-chave “história administrativa”, ao menos quarenta estudos podem ser caracterizados especificamente como tal. Disponível em: <<http://bdtd2.ibict.br/>>. Acesso em: 21 jul. 2012.

seu contexto político, administrativo e social de produção. O segundo é que esta lacuna provoca uma necessidade de mobilização intelectual por parte dos profissionais que atuam nas instituições arquivísticas, a fim de investigar mais profundamente as estruturas burocráticas e político-administrativas que geraram os acervos arquivísticos. Boa parte desses profissionais possui formação acadêmica, inclusive pós-graduação na área de história, arquivologia e áreas afins. Mas essa acuidade intelectual, como será visto a seguir, surge também da dimensão que assume a informação na sociedade contemporânea e de um novo despertar da arquivologia que não se vê mais, ou apenas, como uma disciplina auxiliar da história e da administração.

ARQUIVOLOGIA: DE UM SABER-FAZER QUE SERVE À ADMINISTRAÇÃO E À HISTÓRIA À INSTITUCIONALIZAÇÃO DE UM CAMPO CIENTÍFICO AUTÔNOMO

Pode-se dizer que os arquivos, o saber-fazer arquivístico e os arquivistas nascem com a administração, resguardados, evidentemente, os sentidos e as configurações que a administração, o poder público, os arquivos, o saber-fazer arquivístico e os arquivistas assumem em cada época e lugar. Mas, há milênios, no Oriente e depois no Ocidente, o aparecimento da escrita e a necessidade humana de registrar a memória de seus atos propiciaram o desenvolvimento de saberes e técnicas para tratar dos documentos administrativos. Conforme Gagnon-Arguin, “o conteúdo dos documentos e a concepção que deles se fez constituem aspectos que nos esclarecem sobre o papel que eles desempenharam, bem como sobre o lugar que eles ocuparam nas diferentes civilizações” (apud Rousseau; Couture, 1998, p. 32).

Das atividades arquivísticas voltadas prioritariamente para a organização da memória do exercício do poder, em suas pequenas e grandes atividades, à memória de reconstituição da organização do poder administrativo, em diferentes épocas e lugares, foi um longo caminho.

Considera-se que uma grande transformação ideológica e estrutural na organização dos arquivos tenha ocorrido no século XVIII, com a Revolução Francesa, quando a guarda, se não física, mas administrativa, foi centralizada em Paris e o acesso aos documentos passou a ser considerado livre à população. Junto com essas decisões, porém, são tomadas outras, de caráter metodológico, que embora tenham contribuído para a preservação de muitos documentos, prejudicaram a compreensão da gênese documental. Às incorporações em massa dos órgãos públicos, sucedeu-se uma reordenação dos documentos, a partir de métodos de classificação alheios à origem deles, ignorando-se assim o vínculo existente entre documentos e o vínculo destes com as instituições que os produziram e acumularam.

Em 1841, todavia, segundo fontes históricas disseminadas em numerosas publicações da área, o chefe da Seção Administrativa de Arquivos Departamentais do Ministério do Interior Francês, Natalis de Wailly, alertou o ministro da referida pasta sobre a necessidade de manter agrupados e não misturados a outros, os documentos de um estabelecimento, de uma família ou de um indivíduo. Teria surgido assim o princípio da proveniência, base

de uma concepção orgânica dos documentos e da arquivologia moderna, válido até hoje,⁸ inclusive para a produção e organização dos documentos arquivísticos digitais.

Outra grande transformação ocorreu a partir de meados do século XIX, quando a história e os arquivos se aproximam a ponto de estes se transformarem em “laboratórios da história”. Sob o signo do nacionalismo e do romantismo europeu, o interesse pelo passado e pelas fontes transformará documentos em patrimônio e arquivos em “lugares de memória”, no sentido de um lugar material e concreto em que a memória nacional se encarnou.⁹ Os arquivistas passam, assim, a se dedicar menos à salvaguarda do presente da administração e mais ao tratamento, e por vezes à análise, de documentos antigos (Rousseau; Couture, 1998, p. 34).

A predominância da ideia de documentos arquivísticos como fontes para a história redundou, mais uma vez, segundo Ribeiro (2011, p. 61), em uma deturpação das funções dos arquivos e dos princípios de organização, na medida em que o interesse histórico se sobrepôs à organização da memória das instituições produtoras e acumuladoras de acervos que deveriam, substancialmente, representar a trajetória e as funções e atividades das instituições que as criaram.

Assim, se fortalece a noção da arquivologia como disciplina auxiliar da história, ligada à paleografia e à diplomática, mas aplicando os parâmetros metodológicos da história na organização dos arquivos. Somada à escassez de pessoal especializado, as consequências mais diretas, observadas a longo prazo, são arquivos geridos e organizados por pessoas sem conhecimento da administração, métodos empíricos e herméticos, supostamente neutros, de avaliação e preservação de documentos de valor histórico e desvirtuamento do contexto de produção dos documentos.

Ainda no século XIX, conforme Evans (apud Rousseau; Couture, 1998), são criadas as primeiras escolas de arquivologia na Europa, mais precisamente a partir de 1821; as de cunho mais teórico, baseadas na erudição histórica, como a *École des Chartes*, e as outras mais vinculadas à administração dos arquivos de Estado, como as escolas de paleografia e diplomática italianas. Mas na perspectiva de autores que estudam o desenvolvimento da disciplina, o estabelecimento de um paradigma científico na área se efetivará com a publicação do Manual dos Holandeses, no final do século XIX. Nas palavras de Fonseca:

Tal revolução se caracterizava pela superação da tradição diplomática, ou seja, a análise dos itens documentais individualmente e a consolidação paradigmática da tradição administrativa que estabelece a primazia do conjunto arquivístico (*fonds d'archive*) e sua dependência em relação ao órgão produtor e à instituição de custódia (Fonseca, 2005, p. 57-58).

8 Rousseau e Couture (1998, p. 53) ressaltam, porém, que o termo parece receber uma consagração internacional somente em 1964, durante o V Congresso Internacional dos Arquivos, realizado em Paris, apesar de muitos países o terem aplicado antes.

9 Entretanto, o conceito de lugares de memória, difundido pelo projeto editorial homônimo de Pierre Nora – sete volumes divididos em três tomos: *La République* (1984), *La Nation* (3 volumes, 1986) e *Les Francs* (3 volumes, 1992) –, não consiste apenas num inventário dos lugares materiais e concretos, mas também dos abstratos e intelectualmente construídos. Ver mais detalhes em Delacroix; Dosse; Garcia (2012, p. 362-363).

Ao longo da década de 1930, mais uma vez, as mudanças sociais, políticas, econômicas, técnicas e científicas se refletem na atividade arquivística. Amplia-se a esfera de atuação do Estado, a implementação da burocracia (baseada na racionalidade e eficiência administrativa), a produção documental e os meios tecnológicos para o registro da informação. Tais mudanças refletem-se simultaneamente no desenvolvimento da teoria arquivística e na expansão dos serviços de arquivo.

A formação do arquivista, até então bastante ligada à história, e bem menos à administração e à tecnologia, passa por uma progressiva e significativa mudança, em âmbito internacional, a partir da Segunda Guerra Mundial, quando o uso de novas tecnologias e a crescente produção documental propiciaram, sobretudo nos Estados Unidos, a generalização de conceitos de gestão de documentos e das três idades dos documentos (corrente, intermediária e permanente), como solução para os impasses causados pelas grandes massas documentais produzidas e acumuladas.

Nesse cenário, a figura do arquivista-historiador foi dando lugar à do arquivista-profissional da informação. Os cursos de formação migraram dos departamentos de história para os departamentos de biblioteconomia e ciência da informação (Rousseau; Couture, 1998).

O Brasil acompanhará essas mudanças. Mas elas ocorrerão lentamente, em parte por conta da própria precariedade da administração pública que não investe na profissionalização daqueles que cuidam dos documentos públicos. Embora se identifique a presença do profissional arquivista no Brasil desde o século XIX, haverá uma flutuação e instabilidade da carreira por décadas.¹⁰ Os primeiros cursos de formação, com vistas a atender as demandas da administração pública, ocorrerão somente no início do século XX. A criação de cursos de graduação com um currículo mínimo sobre o qual se desenvolverá a disciplina acontecerá apenas a partir da década de 1970 (apenas três cursos em todo o Brasil). Somente nos anos de 1990 ocorrerá uma expansão dos cursos.¹¹

Outra razão para a morosidade das mudanças é a importância dada aos arquivos permanentes/históricos, o que contribui para que outros profissionais, especialmente historiadores, assumam as tarefas de gerir, organizar e tratar a documentação sob um enfoque mais histórico do que administrativo e, às vezes, sem conhecimentos específicos de arquivística. Mesmo assim, os arquivos só se tornam lugares atraentes para a pesquisa acadêmica sistemática a partir dos anos de 1960, quando se criam os cursos de pós-graduação em história e a pesquisa dos historiadores brasileiros passa a dar mais atenção às fontes primárias.

Não se pode negar que, diante da necessidade de realizar suas pesquisas em vários arquivos e instituições arquivísticas espalhados pelo país, os historiadores contribuíram, por exemplo, para a identificação de documentos acumulados sem qualquer ordenação e para a elaboração de instrumentos de pesquisa. Mas, ao mesmo tempo, o desconhecimento dos preceitos arquivísticos básicos aliados a um objetivo delimitado (realizar a pesquisa sobre

¹⁰ Sobre a trajetória e a consolidação da carreira de arquivista, ver estudo de Souza (2011).

¹¹ Atualmente, são dezesseis cursos espalhados em cinco regiões do Brasil.

um tema específico), por vezes mais confundiram do que esclareceram as motivações e as circunstâncias que geraram aqueles documentos.

O advento e o uso disseminado dos computadores pessoais e da internet foram decisivos, mas não exclusivamente, nos anos de 1980, para mudar a perspectiva de historiadores (quanto ao uso e à diversidade de fontes) e de arquivistas (quanto ao seu papel não mais apenas de custodiador da documentação arquivística, mas de gestor da informação arquivística).¹² Tais transformações também são derivadas de mudanças políticas, culturais e sociais mais amplas, e que desencadearam novas reflexões sobre o papel do Estado, dos arquivos e da informação na sociedade contemporânea.

Diante de tantas mudanças e de novas demandas informacionais, tanto a literatura internacional (Lodolini, Duranti, Thomassen, Michael Cook, Terry Cook, Malheiros, Ribeiro, entre outros) quanto a brasileira (Jardim, Fonseca, Rodriguez, Marques, entre outros) têm buscado, às vezes sob diferentes influências teóricas e epistemológicas, entender e contribuir para se redefinir o papel atual da arquivologia por meio da reconstrução histórica da disciplina, da análise crítica dos seus preceitos e práticas, das suas interfaces com outras disciplinas etc.

Neste novo cenário, não por acaso, a arquivologia se distancia da história e se aproxima da ciência da informação. Desta vez, porém, não mais como uma disciplina “auxiliar”, mas como uma disciplina em busca, primeiramente, da sua identidade e autonomia como ciência social aplicada e, secundariamente, como uma disciplina ciente da necessidade e da capacidade de estabelecer diálogos com outras áreas do conhecimento.¹³

A título de síntese do longo processo histórico da arquivologia (que se constitui e é constituída por uma pluralidade de perspectivas socioculturais de compreensão dos documentos, dos arquivos e da informação arquivística), Ribeiro (2011, p. 63) identifica esquematicamente três grandes fases: a) fase sincrética e custodial (século XVIII a 1898) – arquivista-paleógrafo e arquivista auxiliar da história, incorporação maciça da documentação de organismos extintos, arquivo nacional, noção de fundo; b) fase técnica e custodial (1898 a 1980) – arquivos históricos, arquivos administrativos, gestão de documentos, normalização (terminologia, classificação), reformulação crítica da noção de fundo; c) fase científica e pós-custodial (1980) – arquivista profissional da informação, emergência do arquivista/cientista da informação, arquivos como sistemas de informação, conhecimento arquivístico, normalização do acesso aos arquivos e à informação.

12 O termo/conceito informação arquivística ou informação registrada orgânica, disseminado pelos arquivistas canadenses, é usado para “designar a informação gerada pelos processos administrativos e por eles estruturada de forma a permitir uma recuperação em que o contexto organizacional desses processos seja o ponto de partida” (Fonseca, 2005, p. 59). Para alguns autores, como Malheiros da Silva (apud Silva, 2008, p. 44), a expressão ‘informação arquivística’, ou ‘informação de arquivo’ no lugar de ‘documento de arquivo’ possibilitou um ‘salto semântico’ importante, na medida em que pressupõe uma predominância do conteúdo sobre o suporte. Mas a ausência de uma conceituação mais sólida da expressão exige cuidados na sua aplicação.

13 Entre outros estudos e análises sobre este assunto, ver Fonseca (2005); Jardim (2011, p. 53-75) e Medeiros; Nodare; Araújo (2010).

Evidentemente, seja em âmbito internacional ou nacional, o desenvolvimento histórico da disciplina e a dinâmica das políticas jurídicas, administrativas e institucionais relacionada aos arquivos e à informação arquivística não ocorrem de maneira linear e excludente. Ao contrário, num mesmo país podem conviver orientações teóricas e práticas dissonantes, sobrepostas ou totalmente apartadas, embora o mundo globalizado e os sistemas informacionais e científicos permitam, cada vez mais, a possibilidade de esforços conjuntos para diminuir os abismos comunicacionais e terminológicos existentes e propor soluções que contribuam – resguardada a diversidade administrativa e cultural de cada país – para o aperfeiçoamento das instituições arquivísticas e da arquivologia.

VOLTANDO À QUESTÃO INICIAL

O que motivou a redação deste artigo foi a pergunta: a história administrativa serve como subsídio para a organização da informação arquivística ou vice-versa? A tendência, espontânea e imediata, é responder: sim. A história administrativa serve como subsídio para a organização da informação arquivística. E vice-versa. No entanto, pelo pouco que foi exposto aqui sobre o entendimento, nem sempre consensual, a respeito da história administrativa e da organização da informação arquivística cabe, a meu ver, avaliar com atenção e cuidado alguns aspectos que podem ser de interesse tanto para historiadores como para arquivistas.

A história administrativa não é reduto ou domínio exclusivo de historiadores, embora seja relevante o emprego de métodos de análise histórica para melhor compreendê-la. A perspectiva de um arquivista, administrador ou legislador (geralmente considerada mais pragmática), imbuído de um espírito crítico, pode favorecer substancialmente uma análise histórica.

A organização dos conjuntos documentais pertencentes a um fundo e a descrição arquivística da história administrativa não podem se basear unicamente na legislação. Esta exprime apenas uma parte da realidade administrativa. E, às vezes, nem isso. É comum, por exemplo, ao confrontar as informações legislativas sobre um órgão público e os seus respectivos documentos, identificar uma série de inconsistências quanto à nomenclatura, atribuições e alterações do órgão, nomes e cargos dos seus titulares, período de atividade etc. Deve-se, portanto, imbuir-se dos métodos e técnicas científicos de levantamento e análise de fontes. A descrição consistente de informações arquivísticas, tanto para arquivistas quanto para pesquisadores, de diferentes áreas e níveis de conhecimento, que consultam documentos arquivísticos, significa, no mínimo, evitar a reprodução de informações errôneas e análises equivocadas.

Os arquivistas, em especial aqueles que possuem dupla formação, ou formação multidisciplinar, têm demonstrado interesse e preocupação em ir além de uma abordagem instrumental da história administrativa. O que provoca, positivamente, um refinamento dos trabalhos arquivísticos de reconstituição da gênese documental e do seu contexto. A ampliação de canais de interlocução entre aqueles que produzem conhecimentos nas instituições arquivísticas e os que os produzem no espaço acadêmico pode e deve ser estimulado,

a fim de enriquecer reciprocamente os saberes constituídos nas instituições arquivísticas e nas universidades.

A preocupação com a memória administrativa, com o percurso, a evolução e as transformações das entidades produtoras de arquivos e das suas funções ocorre geralmente *a posteriori*, quando elas já deixaram de existir ou já não é possível saber ao certo a sua origem, num jogo de quebra-cabeça onde é difícil recompor todas as peças, pois justamente se depende da preservação e organização de documentos que as identifiquem. Neste sentido, é importante que os arquivistas não se ocupem tão somente da identificação e descrição dos produtores de arquivos e das suas funções, mas que possam imaginar e viabilizar institucionalmente, junto a outros profissionais, propostas de normalização administrativa para evitar, futuramente, o enorme esforço dispensado na recuperação e disponibilização de informações.

Por fim, sem a pretensão de esgotar os temas aqui tratados, é possível estabelecer novos diálogos entre história e arquivologia, numa fase em que ambas se encontram em graus diferentes de maturidade institucional e epistemológica, mas capazes de contribuir reciprocamente, e com mais recursos teóricos e metodológicos, para o conhecimento da história administrativa. E as duas, cabe lembrar, pela sua própria natureza, podem se beneficiar da interdisciplinaridade, que longe de constituir um conhecimento totalizante que aboliria as delimitações e diferenças internas de cada uma delas, pode ser o encontro de novos objetos teóricos em meio às disciplinas prévias e à aplicação tecnológica para resolução de problemas empíricos complexos. Mas para dar conta de problemas complexos é preciso desenvolver também um conhecimento complexo. E essa complexificação do conhecimento, de acordo com Morin e Kern (1995), está inseparavelmente ligada a uma reforma do pensamento, entendida como o desenvolvimento de um conhecimento complexo e contextualizado. E para um pensamento contextual, é preciso buscar a inseparabilidade e a inter-retroação entre todo fenômeno e o seu contexto, e de todo contexto com o contexto planetário (Morin; Kern, 1995, p. 165). Ou seja, reconhecer que os problemas são interdependentes e a causalidade é cíclica.

Referências bibliográficas

CABRAL, Dilma. A importância da história administrativa no tratamento da informação pública. SEMINÁRIO A GESTÃO DE DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL, 3., 22-24 de junho de 2010, Brasília.

COUTURE, Carol; MARTINEAU, Jocelyne; DUCHARME, Daniel. *A formação e a pesquisa em arquivística no mundo contemporâneo*. Brasília: FINATEC, 1999.

DELACROIX, Christian; DOSSE, François; GARCIA, Patrick. *As correntes históricas na França: séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

FOLLARI, Roberto. *Interdisciplinaridad: los avatares de la ideología*. Azcapotzalco (Mexico): Universidad Autónoma Metropolitana, 1982.

FONSECA, Maria Odila. *Arquivologia e ciência da informação*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

GOMES, Ângela de Castro. Política: história, ciência, cultura etc. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, p. 59-84, 1996.

JARDIM, José Maria. A pesquisa como um fator institucionalizante da arquivologia enquanto campo científico no Brasil. In: MARQUES, Angelica Alves da Cunha; RONCAGLIO, Cynthia; RODRIGUES, Georgete Medleg. *A formação e a pesquisa em arquivologia nas universidades públicas brasileiras: I Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia*. Brasília: Thesaurus, 2011.

MEDEIROS, Nilcéia Lage; NODARE, Thaís; ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. As relações do conhecimento produzido na área de arquivologia com a ciência da informação. *Cl. INF.*, Brasília, DF, v. 39, n. 2, p. 44-53, maio/ago. 2010.

MORIN, Edgar; KERN, A. B. *Terra-Pátria*. Porto Alegre: Sulina, 1995.

RIBEIRO, Fernanda. A arquivística como disciplina aplicada no campo da ciência da informação. *Perspectivas em Gestão & Conhecimento*, João Pessoa, v. 1, n. 1, p. 59-73, jan./jun. 2011. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/pgc>>. Acesso em: 12 jul. 2012.

RONCAGLIO, Cynthia. *História administrativa do Paraná (1853-1947): criação, competências e alterações das unidades administrativas da província e do estado*. Curitiba: Imprensa Oficial; DEAP, 2000.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. *Os fundamentos da disciplina arquivística*. Trad. de Magda Bigote de Figueiredo. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

SALLUM JÚNIOR, Brasília. História administrativa: políticas públicas e regimes políticos. *CADERNOS Fundap*, São Paulo, ano 5, n. 9, p. 4-10, maio 1985.

SILVA, Sérgio Conde de Albite. *A preservação da informação arquivística governamental nas políticas públicas do Brasil*. Rio de Janeiro: AAB; FAPERJ, 2008.

SOUZA, Kátia Isabelli Melo de. *Arquivista: visibilidade profissional: formação, associativismo e mercado de trabalho*. Brasília: Starprint, 2011.

TESSITORE, Viviane. História administrativa: a chave para os arquivos públicos. *Arquivo & História*, Rio de Janeiro, n. 2, p. 33-46, 1996.

Recebido em 11/9/2012

Aprovado em 25/10/2012